



## O CHÁ DE XI NÃO CONTEMPLA YIZHOU

Foi prudente Trump em não tocar na questão de Taiwan.  
Por Pedro Augusto Pinho, página 2



## SISTEMA S E SEUS R\$ 94 BILHÕES

A bilionária – e irreal – quantia que terá de ser devolvida às empresas.  
Por Marcos de Oliveira, página 3



## LÍNGUA PORTUGUESA ESTÁ NA MODA

Sucesso da peça de Gregorio Duvivier coloca nosso idioma em evidência.  
Por Philippe Deschamps, página 4

## Exportações de tecnologia crescem, mas somam só 2,7%

As exportações brasileiras de produtos de alta tecnologia cresceram 7,7% em 2025, mas seguem muito abaixo das vendas de bens de baixa intensidade tecnológica, segundo levantamento divulgado nesta terça-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os produtos de alta tecnologia somaram US\$ 9,1 bilhões no ano passado e responderam por apenas 2,7% das exportações totais do país. Já os produtos de baixa intensidade tecnológica alcançaram US\$ 130,7 bilhões, equivalentes a 37,5% das vendas externas brasileiras.

O estudo, elaborado com base em dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), aponta que as exportações de baixa intensidade tecnológica continuam 15 vezes maiores que as de alta tecnologia.

Em nota, a gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI, Constanza Negri, considera que o cenário representa um desafio para a competitividade da indústria brasileira. “Um crescimento econômico com qualidade depende do avanço em segmentos de média-alta e alta intensidade tecnológica”, destacou.

Segundo Negri, ampliar a participação desses setores é essencial para diversificar a pauta exportadora brasileira e fortalecer a presença internacional da indústria nacional.

O levantamento também mostra que o aumento do consumo no país foi atendido principalmente por produtos importados. O volume de importações cresceu 6,1% em 2025, enquanto a indústria de transformação encerrou o ano com déficit comercial recorde de US\$ 71,3 bilhões, o maior da série histórica iniciada em 1997.

As importações da indústria de transformação atingiram US\$ 259,7 bilhões, alta de 8,6% em relação ao ano anterior. Segundo a CNI, os setores de químicos, máquinas e equipamentos eletrônicos e veículos automotores responderam por mais da metade das compras externas da indústria.

Apesar do déficit comercial recorde, as exportações industriais brasileiras cresceram 3,7% em 2025 e somaram US\$ 188,4 bilhões. A participação da indústria de transformação nas exportações brasileiras subiu de 53,9% para 54,1%. O avanço ocorreu mesmo diante da queda de 1,7% nos preços internacionais dos bens manufaturados.

## Brasil atinge pela 1ª vez nível mais alto de desenvolvimento humano

### IDHM sobe pelo 3º ano consecutivo, para 0,805

O Brasil atingiu o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,805 em 2024 e ingressou, pela primeira vez, no grupo de países com muito alto desenvolvimento humano. Os dados integram o Radar IDHM 2024, publicação elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o IBGE.

O IDHM agregado para o Brasil se iguala ao IDH, indicador mais conhecido. “Um resultado que não é coincidência, mas reflexo de escolhas políticas consistentes e coordenadas, com impacto direto nos indicadores de educação, longevidade e renda mapeados pelo IDHM”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu perfil no X.

“Sabemos que ainda temos um longo caminho pela frente, com

desigualdades regionais, de gênero e de raça que precisam ser superadas. O resultado já alcançado mostra que estamos no caminho certo”, destacou.

Após enfrentar quedas em 2020 e 2021, o IDHM do país se recuperou em 2022 (0,788) e em 2023 (0,798). A série histórica analisada pelo levantamento abrange de 2012 a 2024.

Os avanços recentes ocorreram em todas as dimensões aferidas. A educação foi a área que mais evoluiu, com crescimento médio anual de 1,35%, enquanto a longevidade recuperou perdas provocadas pela pandemia e registrou o maior patamar da série histórica em 2024 (0,86). A renda, impactada nos anos anteriores pela crise econômica e sanitária, também retomou crescimento.

A coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do Pnud Brasil, Betina Barbosa,

destacou os impactos de políticas públicas de transferência de renda sobre os indicadores sociais e educacionais. Segundo ela, o Bolsa Família contribuiu para ampliar a permanência de crianças e adolescentes na escola e reduzir o trabalho infantil.

“É o programa Bolsa Família que retira quantidade enorme de crianças do trabalho e dá a elas a condição da escola e a obrigatoriedade, também, de estar na escola. Então, aqui vejo diretamente o efeito de uma política pública brasileira”, afirmou.

Betina Barbosa ressaltou ainda que programas estruturantes produzem efeitos graduais ao longo do tempo. Segundo ela, o Bolsa Família, criado em 2003, começa a apresentar resultados mais evidentes cerca de dez anos depois, quando os primeiros beneficiários completam ciclos mais longos de escolarização.

## PF bate novamente na casa de Cláudio Castro por investimentos no Master

### Direção do Rioprevidência foi alterada para facilitar negócio

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta terça-feira, a oitava fase da Operação Compliance Zero para apurar a possível prática de crimes financeiros no âmbito do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência.

Os agentes cumpriram 10 mandados de busca e apreensão, em Brasília e no Rio de Janeiro (RJ), inclusive na cobertura do ex-governador Cláudio Castro, localizada na Península, região de luxo na Barra da Tijuca. Ex-dirigentes do Rioprevidência também são alvos dos mandados.

Todos são investigados por suposto envolvimento em um esquema de aporte de recursos da autarquia para a compra de produtos financeiros do Banco Master. As ordens foram expedidas pelo Supremo Tribunal Federal.

A ordem foi expedida pelo ministro André Mendonça, a pedido da PF, no âmbito da Petição (PET) 15676, e também alcança as empresas Mídias Promotora Ltda. e Planner Corretora de Va-



Fernando Frazão/ABR

Castro: segunda visita da PF em menos de 15 dias

lores S/A., apontadas como intermediadoras das tratativas entre o governo do RJ, o Banco Master e o Rioprevidência.

“A tese investigativa sustenta que a motivação central dessas decisões não residiria em critérios técnicos regulares de investimento, mas em relação pessoal e indevida entre o controlador do Banco Master e autoridades com poder de mando so-

bre” o Rioprevidência.

Relatório da PF encaminhado ao ministro André Mendonça aponta que Castro modificou a direção do Rioprevidência pouco antes dos aportes ao banco de Daniel Vorcaro. A polícia afirma que as mudanças colocaram no comando do fundo estadual dirigentes alinhados à liberação dos investimentos.

## Investimento da China no exterior aumenta 3,9%

O investimento direto da China no exterior em todos os setores atingiu 429,42 bilhões de yuans (US\$ 62,88 bilhões) nos primeiros quatro meses de 2026, representando um aumento de 3,9% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados oficiais divulgados nesta terça-feira.

Durante o período, do total dos investimentos diretos no exterior em todos os setores e denominados em yuan (moeda chinesa), investidores domésticos da China realizaram investimentos diretos não financeiros em 5.231 empresas no exterior, espalhadas por 142 países e regiões, com o valor total dos investimentos chegando a 315,74 bilhões de yuans, uma queda anual de 13,9%, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Comércio e pela Administração Estatal de Divisas.

O investimento direto da China no exterior aumentou, enquanto o uso efetivo do investimento estrangeiro direto (IED) no país diminuiu. O uso efetivo do IED totalizou 287,69 bilhões de yuans (cerca de US\$ 42,4 bilhões) no período de janeiro a abril, uma queda de 10,3% na comparação anual.

No entanto, nos primeiros quatro meses de 2026, 20.113 novas empresas com investimento estrangeiro foram criadas em todo o país, um aumento de 6,8% em termos anuais, o que ressalta a confiança sustentada dos investidores do exterior no mercado chinês, segundo o governo chinês.

## COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0200
Dólar Turismo	R\$ 5,2200
Euro	R\$ 5,8700
Iuan	R\$ 0,7376
Ouro (gr)	R\$ 734,05

## ÍNDICES

IGP-M	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

# O chá de Xi Jinping com Trump não contemplou Yizhou

Por Pedro Augusto Pinho

A espécie humana, como a identificamos, teve origem na África, espalhando-se pelo Oriente Médio e pela Ásia até o sudeste asiático e a Indonésia. Não eram exatamente como os homens atuais, pois se deslocavam pelas próprias pernas e necessitavam de dentes e aparelhos mastigadores adequados à sua alimentação. Também se miscigenaram com outros hominídeos em diferentes estágios de evolução, alguns dos quais sequer vieram a constituir espécies classificadas pela antropologia.

Faz-se esta referência técnico-científica para que, mais uma vez, a soberba e a arrogância europeias não tentem diminuir a relevância da África e da Ásia para a humanidade.

“A importância da China”, escreveu o professor Jacques Gernet, da Universidade de Paris, em 1972, para a primeira edição de *Le Monde Chinois*, na coleção *Destins du Monde*, “se faz notar no passado e no presente”; “foi a inspiradora de larga parcela da humanidade, dando-lhe sua escrita, suas técnicas, suas concepções do homem e do mundo, e suas instituições políticas”.

Logo se destacam sua extensão territorial e sua população. Com 9.706.961 km<sup>2</sup>, ocupa a quarta posição entre os países do mundo em dimensão territorial e, em 2025, a segunda posição em população, com 1,405 bilhão de habitantes, número que vem diminuindo desde 2022, em razão do rápido envelhecimento populacional.

Embora a etnia Han reúna cerca de 90% dos chineses, Jacques Gernet ressalta, na publicação citada, que: “Tal como as populações da Europa, as da China são o produto de inúmeros movimentos humanos provocados por guerras, invasões, esforços de penetração colonial, transferências de populações e contatos entre vizinhos. As etnias turcas, mongóis, tungues, coreanas, tibetano-birmanesas, thai, miao, yao, mon-khmers e, por vezes, populações mais longínquas, vindas dos confins da Índia, do Irã e do sudeste asiático, con-

tribuíram para a formação das populações Han”.

Atualmente, a China está organizada em 23 províncias, cinco regiões autônomas (Mongólia Interior, Ningxia, Xinjiang, Guangxi e Tibete), quatro municípios administrados diretamente pelo governo central (Pequim, a capital, Xangai, Tianjin e Chongqing) e duas regiões administrativas especiais (Hong Kong e Macau).

Essa subdivisão do território da República Popular da China, excetuando-se as regiões administrativas especiais – Hong Kong, desde 1997, e Macau, desde 1999 – perdura, em linhas gerais, desde a Dinastia Qin (221 a.C. – 207 a.C.), que precedeu a Dinastia Han e o período dos Três Reinos (Cao Wei, Shu Han e Wu Oriental).

Houve, ao longo da história, profundas alterações políticas, especialmente durante o chamado “século da grande humilhação” – iniciado em 1839, com a Primeira Guerra do Ópio, e encerrado em 1949, com a fundação da República Popular da China – além de transformações no início do século 20. Ainda assim, essas mudanças não tiveram o mesmo significado do ponto de vista geográfico.

Vamos tratar de Yizhou, o primeiro nome registrado para a ilha hoje denominada Taiwan. A Constituição de 4 de dezembro de 1982 trata da divisão administrativa da China sob o seguinte texto: “«Artigo 30.º

A divisão administrativa da República Popular da China é a seguinte:

1.º O país divide-se em províncias, regiões autônomas e municipalidades diretamente dependentes do Governo Central;

2.º As províncias e as regiões autônomas dividem-se em prefeituras autônomas, distritos, distritos autônomos e cidades;

3.º Os distritos e os distritos autônomos dividem-se em cantões, cantões de nacionalidades e vilas”.

Taiwan sempre fez parte da China

A China continental é banhada por cinco mares: Bohai, Huanghai (Amaro), Donghai (Oriental) e Nanhai (Meridional). O país possui mais de 5 mil ilhas, com uma superfície total de 80 mil km<sup>2</sup>, sendo Taiwan a

maior, com 35,8 mil km<sup>2</sup>. A história de Taiwan começa quando, na época dos Três Reinos, a ilha passa a ser individualizada com o nome de Yizhou. Durante as dinastias Sui, Tang e Song, que perduraram entre 581 e 1279, a mesma ilha foi designada LiuQiu.

Assim se chegou à Dinastia Ming (1368-1644), quando o norte da ilha e o seu sul foram designados, respectivamente e especificamente, por Jilong e Beigang. No entanto, para nós, brasileiros, a ilha Yizhou ficou conhecida, por muito tempo, como Ilha Formosa, nome dado pelos portugueses que lá aportaram em 1542, data anterior à criação dos Governos Gerais no Brasil, quando ainda vivíamos no período das Capitânicas Hereditárias.

O nome Taiwan surge em 1684, durante a Dinastia Qing, após a ilha ter sido considerada parte da província de Fujian, com a qual se defronta no Mar da China Oriental, separada pelo Estreito de Taiwan.

Antes de tratarmos de Taiwan, é conveniente conhecer um pouco sobre a China insular. Hainan é a segunda maior ilha chinesa e a menor província do país. Fica no extremo sul, no Mar da China Meridional, e é conhecida como o “Havaí chinês”, servindo como Zona Econômica Especial. Hainan, além de ser uma ilha, é a província mais meridional da China, constituída pela ilha homônima e por várias ilhas menores no Mar da China Meridional, sob a administração provincial. O nome significa “Sul do Mar”.

As Ilhas Zhoushan, ou Zhejiang, constituem um extenso arquipélago localizado ao sul de Xangai, com destaque para a ilha Putuo Shan, famosa por abrigar santuários budistas.

As Ilhas Pingtan, pertencentes à província de Fujian e localizadas muito próximas ao Estreito de Taiwan, constituem um polo de desenvolvimento e produção de energia eólica.

Na porção sul, no Mar da China Meridional, a China reivindica quase 90% da área total utilizando a chamada “linha dos dez traços”. Isso inclui o arquipélago formado por: (a) Ilhas Paracel (Xisha), disputa-

das principalmente com o Vietnã; e (b) Ilhas Spratly (Nansha), reivindicadas por múltiplos países, incluindo Filipinas, Vietnã, Malásia e Brunei.

A “linha dos dez traços” (ou linha das dez raias) é uma delimitação geográfica utilizada nos mapas oficiais da China para reivindicar a soberania sobre quase todo o Mar do Sul da China e outras áreas disputadas. Essa demarcação é uma evolução da histórica “linha dos nove traços”. Em 2023, o governo chinês publicou um novo mapa-padrão adicionando um décimo traço ao leste de Taiwan para reforçar suas reivindicações territoriais.

O estudioso João Lara Mesquita nos possibilitou a seguinte informação a respeito da disputa no Mar do Sul da China: “Estendendo-se ao sul da China e rodeado pelas Filipinas, Vietnã, Brunei e Malásia, encontra-se um corpo de água de 1,35 milhão de quilômetros quadrados: o Mar do Sul da China. Nesse local, as ilhas têm experimentado um frenesi de atividades nos últimos anos. A China construiu uma série de ilhas artificiais em toda a área. Elas são uma vitrine da engenharia chinesa. Mas essa demonstração de força provocou fortes reações dos vizinhos, particularmente das Filipinas, que instauraram uma ação contra a China perante a Corte Permanente de Arbitragem, em Haia. Em 12 de julho de 2016, o tribunal internacional decidiu contra a China. A superpotência recusou-se a reconhecer a decisão ou mesmo a jurisdição do tribunal”.

Chiang Kai-shek fugiu para Taiwan em 7 de setembro de 1949, acompanhado de 2 milhões de refugiados, pouco mais de dois meses após a vitória de Mao Zedong ao proclamar a República Popular da China. O apoio dos Estados Unidos da América a Chiang ocorreu logo após o ataque a Pearl Harbor, localizada na ilha de Oahu, no estado do Havaí, em dezembro de 1941.

Em 1950, dois dias após os EUA entrarem na Guerra da Coreia, os generais estadunidenses Joseph Stilwell e Albert Wedemeyer foram enviados a Taiwan para aux-

iliar Chiang Kai-shek como membros do Estado-Maior. Em dezembro de 1954, foi assinado o Tratado de Defesa Mútua, que perdurou até a morte de Chiang, em 5 de abril de 1975.

É oportuno recordar o que Liang Qichao, participante da Revolução de 1911 e observador da Europa durante a Primeira Guerra Mundial, afirmou, conforme consta no livro *The Great Chinese Revolution: 1800-1985* (1986), de John King Fairbank: “Os ocidentais pregam o ‘amor de Deus’ e o ‘amor ao próximo’ e parecem acreditar em tais coisas. No entanto, fazem guerras com canhoneiras e peças de artilharia para conquistar povos à força, assim como impõem o ópio, um veneno pior que a peste, aos chineses – tudo pelo lucro. Ao que parece, o amor a Deus é menos real do que o amor ao lucro”.

## Taiwan no século 21

Para entendermos a China de hoje, devemos retomar o 9 de setembro de 1976, quando faleceu Mao Zedong e assumiu Deng Xiaoping, que dirigiu a China na rota capitalista, de 1978 a 1990, com as seguintes medidas:

1978 – Reformas Econômicas;

1979 – Política do Filho Único;

1980 – Zonas Econômicas Especiais.

E teve início sua destituição, em 1989, pela multidão massacrada na terceira maior praça pública urbana do mundo, a Praça da Paz Celestial, ou Praça Tiananmen, fato que o levaria ao afastamento definitivo em 19 de março de 1990.

É importante assinalar que Deng Xiaoping nunca teve poder semelhante ao de seus sucessores, que acumularam a Presidência do país, o Secretariado-Geral do Partido Comunista Chinês (PCCh) e a Presidência da Comissão Militar Central.

Seu sucessor imediato foi o 8º Secretário-Geral do PCCh, Zhao Ziyang, também primeiro-ministro. Suas políticas de reforma econômica e suas simpatias pelos manifestantes estudantis durante os protestos da Praça Tiananmen, em 1989, colocaram-no em desacordo com

membros da liderança do partido, incluindo o presidente da Comissão Consultiva Central, Chen Yun, o presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Li Xiannian, além do premier Li Peng. Zhao também começou a perder as boas graças do então presidente da Comissão Militar Central, Deng Xiaoping. Após os eventos, Zhao foi expurgado politicamente e colocado em prisão domiciliar pelo resto da vida.

Seguiu-se, de 1989 a 2002, Jiang Zemin, 5º presidente e 9º Secretário-Geral do PCCh, que tentou uma acomodação entre o maoísmo e o capitalismo de Estado.

Já no século 21, foi escolhido Hu Jintao para 6º presidente e 10º Secretário-Geral do PCCh. Ele trouxe como inovação as ideias de Confúcio aplicadas às novas realidades ideológicas e científicas, além de um nacionalismo apoiado em ideias correntes na China desde Deng Xiaoping. Pode-se dizer que, de algum modo, preparou o caminho para o imenso sucesso que Xi Jinping viria a desfrutar com a expansão da China nos campos científico, tecnológico, econômico, comercial e militar, levando o país a ser considerado por muitos analistas uma das maiores potências mundiais da atualidade.

Xi Jinping é o 7º presidente da China, o 11º Secretário-Geral do PCCh e presidente da Comissão Militar Central (CMC). Seu protagonismo internacional se confirma ao receber, neste ano, em Pequim, o presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump; o presidente da Rússia, Vladimir Putin; o presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung; o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez; o presidente do Vietnã, Tô Lâm; o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; e o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, entre muitas outras autoridades estrangeiras.

Embora não lhe seja uma virtude amplamente reconhecida, foi prudente Donald Trump em não tocar na questão de Taiwan. Só teria a perder e nada a ganhar.

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

# Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitor.interpress@hipernetecom.com.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.



## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Sistema S e seus irreais R\$ 94 bilhões

Na semana passada, a agenda lotada impediu que a Corte Especial do STJ decidisse sobre a modulação (como serão os efeitos) da decisão que afastou o limite de 20 salários-mínimos para contribuições ao Sistema S e outras entidades (Sebrae, FNDE, Incra). A corte considerou, em julgamento que começou em 2019 e terminou em 2024, que a base de cálculo para essas contribuições deve ser a folha de salários integral. Empresas de todos os setores podem ter uma conta bilionária a receber ou a pagar – mas poucos acreditam no número de R\$ 94 bilhões que vem sendo usado pelo Sistema S – mais especificamente, por Sesc/Senac e Sesi/Senai.

Explicando: todas as empresas devem recolher 5,8% sobre a folha de pagamentos para o Sistema S e outras entidades. A Lei 6.950/1981 determinava um limite: 20 salários mínimos. O STJ decidiu, no julgamento do Tema 1079 (e posteriormente confirmado no Tema 1390), afastar o teto de 20 salários-mínimos, entendendo que o Decreto-Lei 2.318/1986 revogou o limite estabelecido pela lei de 1981. Até então, o STJ aceitava a tese de limitação dos 20 SM.

O problema ocorreu na modulação: foi definido que a mudança vale a partir de 2 de maio de 2024, exceto para empresas que tinham ações judiciais ou processos administrativos com decisões favoráveis antes dessa data. E a decisão vale somente para Sesc/Senac e Sesi/Senai. Que terão de devolver a diferença recolhida acima de 20 SM até essa data. Daí surgiram os R\$ 94 bilhões, mas é um cálculo que carece de comprovação.

Ricardo Godói, advogado da Confederação Nacional de Serviços (CNS), explica que muitas empresas não tinham entrado com ação; maior parte veio depois de 2019. E nem todas tinham decisão favorável. Portanto, o valor a ser devolvido pelas 4 entidades do Sistema S deve ser bem inferior ao montante bilionário.

As 4 entidades, através da Fazenda Nacional (PGFN), querem impedir o cumprimento dos efeitos de modulação aplicada pelo STJ ao Tema 1079. Pouco provável que o Tribunal altere a decisão: quando estava em julgamento no plenário virtual, a relatora na Corte Especial votou favoravelmente aos contribuintes, e 10 dos 15 ministros acompanhavam a relatora. A pedido de 1 ministro, a questão está agora em plenário, e a relatora renovou o voto a favor dos contribuintes. A próxima sessão será em 3 de junho – mas pode não acontecer devido ao feriado, que será apenas no dia seguinte.

Há mais um complicador nessa história: o STJ decidiu apenas em relação a Sesc/Senac e Sesi/Senai. A modulação não atingiu as demais entidades. O que criou um passivo volumoso para empresas que recolheram somente até 20 SM. Mas isto veremos amanhã.

## Rápidas

Começa nesta quarta-feira em São Paulo e prossegue até sexta o XXXIX Congresso Brasileiro de Direito Tributário, promovido pelo IGA e Idepe. Cinco sócios do Sacha Calmon – Misabel Derzi Consultores e Advogados participarão da programação técnica \*\*\* A Galeria Dobra/Artnova apresenta a exposição *Os Mardines – o elo que nos une*, com curadoria de Marcelo Rezende, trazendo 3 gerações da família. Até 30 de maio, às quintas, sextas e sábados, na Rua Orestes, 28, 2º andar – Santo Cristo (RJ) \*\*\* O IV Congresso Internacional de Relações Governamentais do IRELGOV será realizado nesta sexta-feira, no Teatro B32, SP \*\*\* Ministério da Cultura, estado e município debaterão o futuro das leis de incentivo no RJ, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB RJ), nesta sexta-feira, 14h.

# Brasil envelhece e aposentadoria fica cada vez mais difícil

## Especialista: depender só do INSS ‘pode ser cada vez mais arriscado’

Estudo desenvolvido pela Benevento Advocacia em parceria com a CNML Advogados mostra que a aposentadoria especial continua prevista em lei, mas se tornou um benefício cada vez mais difícil de acessar no Brasil. Os dados analisados pelas pesquisadoras Caren Benevento e Maria Cecília Milan Dau mostram que, entre 2009 e 2017, as concessões de aposentadoria especial cresceram de 4.508 para 24.113 benefícios anuais. No entanto, a partir de 2017, houve retração significativa. Em 2024, foram registradas 12.337 concessões, praticamente metade do pico observado sete anos antes.

Outro dado que chama atenção é a forte judicialização do benefício. Entre 2023 e 2025, mais de 98% das aposentadorias especiais foram concedidas por decisão judicial. Em 2025, por exemplo, apenas 118 benefícios foram concedidos administrativamente, contra 11.916 reconhecidos pela Justiça. O cenário se torna ainda mais relevante diante do envelhecimento acelerado da população brasileira e do aumento da

expectativa de vida.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a expectativa de vida da população brasileira chegou a 76,6 anos em 2024, maior patamar da série histórica. Em 1940, esse indicador era de 45,5 anos. O crescimento acumulado no período foi de 31,1 anos. As projeções do IBGE indicam ainda que a expectativa de vida no Brasil deve alcançar 77,8 anos em 2030, 81,3 anos em 2050 e 83,9 anos em 2070.

Nesse cenário, especialistas alertam que o maior desafio não está apenas no aumento do tempo de contribuição ou na necessidade de planejamento financeiro para a aposentadoria, mas também na dificuldade crescente de acesso aos benefícios previdenciários diferenciados, especialmente para trabalhadores expostos a agentes nocivos.

“A aposentadoria especial continua existindo no ordenamento jurídico, mas vem passando por um processo de esvaziamento prático. Hoje, o trabalhador precisa enfrentar um volume muito maior de exigências documentais, prova técnica e, muitas vezes, recorrer ao

Judiciário para conseguir ter o direito reconhecido”, afirma Caren Benevento, sócia da Benevento Advocacia e pesquisadora do Grupo de Estudos de Direito do Trabalho e Seguridade Social do Insper (Gebtrab) e conselheira da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O estudo mostra que a concessão da aposentadoria especial vem sendo progressivamente restringida por mudanças normativas, aumento da exigência probatória e maior judicialização. O benefício passou a depender de documentos como Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e demonstração detalhada da exposição a agentes nocivos.

“Não estamos falando de um benefício extinto, mas de um direito que existe formalmente e que, na prática, se tornou cada vez mais difícil de obter, não apenas por atribuir o pesado fardo ao trabalhador de comprovar o trabalho em condições prejudiciais à saúde, mas também em face da inserção na E. C 103/19 da idade mínima para a

aposentadoria especial, cuja constitucionalidade ainda é objeto de análise pelo STF. Todos esses obstáculos criados pela Emenda Constitucional 103/19 e recentes decisões do STF tem impacto direto sobre trabalhadores de áreas como saúde, indústria, vigilância, mineração, eletricidade e outras atividades com exposição permanente a risco”, diz a advogada Maria Cecília Milan Dau da CNML Advogados.

Segundo ela, o cenário exige atenção não apenas do trabalhador, mas também das empresas, que precisam manter documentação técnica adequada e atualizada sobre condições ambientais de trabalho, uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e exposição a agentes nocivos. “Em um país que envelhece rapidamente, depender exclusivamente do INSS pode ser cada vez mais arriscado. O trabalhador precisa pensar em planejamento previdenciário e financeiro, mas também precisa entender quais documentos deve guardar e quais provas precisa produzir ao longo da carreira. Isso faz toda a diferença no futuro”, afirma Caren.

## Economistas defendem economia solidária e justiça climática

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) e o Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) acabam de anunciar a Carta de São Paulo pela Economia Solidária, Justiça Climática e Transição Socioambiental, documento que defende a construção de novos caminhos para o desenvolvimento brasileiro, com foco em sustentabilidade ambiental, inclusão produtiva, democracia econômica e redução das desigualdades.

A carta foi elaborada a partir dos debates do Seminário Nacional de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Economia Solidária, realizado nos dias 21 e 22 de maio 2026, em São Paulo. O encontro reuniu economistas, pesquisadores, representantes de instituições e organizações comprometidas com uma agenda de desenvolvimento centrada na vida, no trabalho digno e na preservação ambiental.

“Muitas pessoas ainda acreditam que a economia solidária não é produtivamente defensável e que não deve haver nenhuma política ativa, mesmo sabendo que vivemos num país com um dos maio-

res mercados informais”, menciona a presidente do Cofecon, Tania Cristina Teixeira.

“Este debate está no centro das discussões sobre o futuro do desenvolvimento, não só em nosso país, mas em muitos outros, e a economia precisa ser capaz de responder às necessidades reais da sociedade, articulando desenvolvimento, preservação ambiental, justiça social e bem-viver”, acrescenta.

O documento parte do diagnóstico de que os principais desafios contemporâneos, como crise climática, insegurança alimentar, precarização do trabalho, perda da biodiversidade, aprofundamento das desigualdades e exaustão dos recursos naturais, não podem ser tratados de forma isolada. Para o Cofecon e o Corecon-SP, essas questões exigem uma transformação estrutural na forma como o país produz, consome, distribui riqueza e organiza suas políticas econômicas.

“A Carta de São Paulo reafirma que a economia precisa dialogar com os limites ecológicos do planeta e com as necessidades reais da população. Não haverá sustentabilidade sem justiça social, assim como não haverá desenvolvimento

duradouro sem preservação ambiental”, destaca o documento.

Um dos pontos centrais da carta é o reconhecimento da economia solidária como uma estratégia estruturante para a transição socioambiental brasileira. O texto afirma que experiências de cooperativismo, agroecologia, finanças solidárias, tecnologias sociais, autogestão, educação popular e práticas comunitárias já mostram, nos territórios brasileiros, que é possível construir um modelo econômico voltado à vida e não apenas à acumulação.

A divulgação ocorre em um momento considerado estratégico, após a instituição da Política Nacional de Economia Solidária, pela Lei nº 15.068/2024. A norma reconhece princípios como autogestão, cooperação, comércio justo, gestão democrática, desenvolvimento territorial sustentável e preservação ambiental como bases da economia solidária.

Para o Cofecon e o Corecon-SP, esse marco legal amplia a responsabilidade de instituições públicas, conselhos profissionais, universidades e sociedade civil na construção de políticas econômicas comprometidas com a inclusão pro-

dutiva e a sustentabilidade.

A Carta de São Paulo apresenta 10 diretrizes para orientar a agenda pública. Entre elas estão o fortalecimento das políticas de economia solidária, com mais financiamento, assistência técnica, incubadoras, compras públicas e apoio institucional a cooperativas e iniciativas comunitárias.

O documento também propõe a incorporação da justiça climática como eixo das políticas econômicas nacionais, reconhecendo que os impactos ambientais atingem de forma desigual territórios e populações vulnerabilizadas. Outro ponto é o incentivo à agroecologia, às cadeias curtas de produção e consumo, à soberania alimentar e às práticas produtivas regenerativas.

A carta defende ainda a valorização do trabalho digno, da proteção social e da economia do cuidado diante das transformações tecnológicas e da automação; o fortalecimento de bancos comunitários, moedas sociais e finanças solidárias; e a construção de indicadores econômico-ecológicos que superem a centralidade exclusiva do PIB, incorporando dimensões sociais, ambientais, culturais e de bem-viver.



## CULTURA & VARIEDADES

Philippe Deschamps  
Jornalista, mestre em  
Administração e doutorando  
em Comunicação

### A língua portuguesa está na moda

Sou jornalista há 25 anos e, nessas duas décadas e meia, escrever sempre esteve muito presente na minha rotina. Não posso reclamar. Desde muito jovem, me encantei pelo idioma de Camões e, não à toa, escolhi uma profissão que tem a língua portuguesa como principal ferramenta de trabalho. Sorte a minha.

Mas não pense que é fácil. Escrever é um exercício de paciência que eu comparo com a carpintaria: pouco a pouco o texto vai tomando forma, as ideias vão surgindo, e a gente vai tentando concatenar tudo. Escreve, reescreve, edita, apaga, escreve de novo... e assim vai até a hora de enviar o arquivo final – e nem sempre gostamos do resultado. E, pior, muitas vezes, depois que o texto é publicado, aparece um erro que você não viu nas 20 revisões anteriores. Acontece nas melhores famílias, mas dá uma tremenda raiva: como não vi isso antes?

Esses errinhos que passam batido, no entanto, têm sido cada vez mais raros. Isso porque as ferramentas de inteligência artificial generativa têm nos ajudado a fazer essa checagem final. Eventuais erros de digitação ou deslizes ortográficos são apontados quando a gente pede para a IA fazer a revisão que os copidesques faziam antigamente nas redações de jornais. Eram eles que liam e ajustavam o texto de repórteres e colunistas antes de enviar para a gráfica. Essa figura não existe mais.

Mas por que cheguei até aqui? Porque, agora, estou ficando meio neurótico com meus artigos. Já ouvi várias pessoas dizendo que sabem identificar textos gerados por IA. “Quando tem travessão já sei que foi escrito por IA”.

Mas, calma aí! Como assim? Eu uso travessão desde sempre (usei uma vez aqui lá em cima, pode ir lá conferir). É um ótimo recurso, um sinal de pontuação usado para isolar ou destacar uma informação dentro de uma frase com o objetivo de explicar algo. Pode ser utilizado também para destacar uma situação que o autor considere relevante, ou simplesmente para substituir a vírgula, os parênteses ou os dois pontos. Enfim, são várias as possibilidades. Mas, agora, preciso recorrer a ele com parcimônia, sob o risco dos meus parcos leitores acharem que meu texto não é meu de verdade.

### ‘O Céu da Língua’

Decidi falar sobre isso hoje porque, no último final de semana, fui ao teatro Axia Casa Grande assistir ao espetáculo *O Céu da Língua*, estrelado por Gregório Duvivier. É um monólogo cômico e poético que tem a língua portuguesa como ponto central. Gregório mistura teatro, poesia e uma reflexão literária sobre palavras do português, expressões populares, metáforas, músicas e o uso coloquial do idioma no Brasil, em Portugal, no Rio, em São Paulo e outros lugares.

Lendo assim, pode até parecer chato, mas o ator brinca com o novo acordo ortográfico (que o professor Pasquale chama, ironicamente, de desacordo ortográfico), lembra de palavras que mudaram de sentido, caíram em desuso ou causam estranhamento. Faz referências a Cactano Veloso, Gilberto Gil, Fernando Pessoa e outros artistas da nossa língua. No final das contas, entre muitas risadas e boas reflexões, mesmo aqueles que não trabalham com a escrita entendem que a língua não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um instrumento que molda a identidade, mexe com a nossa sensibilidade e constrói a nossa história.

O espetáculo segue em cartaz com sessões lotadas e já atraiu mais de 250 mil pessoas. Difícil imaginar que um ator, sozinho durante uma hora e meia no palco, falando sobre o uso da nossa língua, possa atrair tanta gente. É um bom sinal de que ainda existe interesse em um tema que pensávamos estar relegado aos mais velhos.

Fico pensando em como pode ser proveitoso para um professor de português do ensino médio levar uma turma de alunos para assistir ao espetáculo. A quantidade de material que ele pode aproveitar em sala de aula é espetacular. E tudo de maneira leve e descontraída, mostrando que aprender português pode ser também muito divertido. A última Flor do Lácio, inculca e bela, ainda resiste.

Para terminar, uma dica: se você gosta do tema, procure na internet uma entrevista que Aurélio Buarque de Holanda, o criador do dicionário que leva seu nome, concedeu ao repórter Araken Távora, da TVE, em 1976. Segundo ele, a palavra mais bonita da língua é libélula. “Essa palavra é um voo, uma coisa alada, é de uma poesia imensa (...) mas a língua tem caprichos tremendos. A libélula, tão grácil, tão cheia de poesia, tem um sinônimo pesado: o lava-bunda. É lamentável, mas a língua tem dessas coisas”. Genial.

Para dicas e textos sobre filmes, séries e documentários, siga o perfil de Philippe Deschamps no Instagram: @ph\_deschamps

## Gastos de turistas estrangeiros no Brasil crescem 9,2% e atingem R\$ 20,2 bilhões em 2026

Os gastos de turistas estrangeiros no Brasil aumentaram no primeiro trimestre de 2026 e atingiram R\$ 20,2 bilhões, o que representa um aumento de 9,2% em relação ao mesmo período do ano passado, quando as despesas, de janeiro a abril, atingiram R\$ 18,5 bilhões, segundo dados do Banco Central.

Analisando apenas abril, os turistas internacionais injetaram R\$ 4,19 bilhões na economia brasileira, um crescimento de 1,2% na comparação com abril de 2025, quando os valores alcançaram R\$ 4,14 bilhões.

O ministro do Turismo,

Gustavo Feliciano, celebrou os bons números. “O turismo brasileiro vive um momento especial, com estatísticas positivas em todos os segmentos. Nossa atuação na busca por turistas de outros países tem sido intensa. Mais do que movimentar aeroportos, hotéis e restaurantes, o turismo brasileiro transforma a realidade de milhares de brasileiros e brasileiras”, afirmou.

A divulgação do aumento dos gastos de turistas estrangeiros coincide com uma série de agendas do ministro na China, onde tem promovido ações em busca de atrair turistas chineses para o Brasil.

Nesta segunda-feira, em Xangai, Feliciano iniciou negociações com a China Eastern, uma das três maiores companhias aéreas estatais do país, para a abertura de rotas entre as duas nações. Durante o encontro, ele também apresentou propostas de cooperação para ampliar a presença do Brasil nas plataformas da companhia, incluindo a exibição de filmes nacionais nos voos da empresa.

O ministro avançou ainda nas tratativas com a CTrip, uma das maiores plataformas digitais de viagem do mundo, durante encontro com representantes da empresa, em Xangai. A

proposta é que os destinos brasileiros sejam divulgados na plataforma da empresa, com foco em atrair mais turistas chineses ao Brasil, principalmente após as oportunidades decorrentes da isenção recíproca de visto entre os dois países.

Ele também se reuniu com a Associação das Agências de Viagem da China, entidade que conta com mais de 3 mil empresas. O objetivo do Ministério do Turismo é ampliar a visibilidade dos destinos brasileiros e facilitar a conexão com operadores capazes de promover o Brasil para o público chinês.

## Comércio carioca estima aumento de 2% nas vendas no Dia dos Namorados

Os comerciantes da cidade do Rio de Janeiro estão animados com a chegada do Dia dos Namorados – uma das datas mais importantes para o setor neste primeiro semestre – e estimam alta de 2% nas vendas em relação ao ano passado.

É o que revela pesquisa elaborada pelo Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) em parceria com o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio), junto a 250 lojistas entre os dias 20 e 26 de maio.

De acordo com a pesquisa os comerciantes acreditam que os presentes mais procurados serão os artigos de uso pessoal, de beleza e acessórios, como roupas para frio, agasalhos, artigos de esporte, calçados, tênis e sandálias, bolsas, lingerie, perfumes, joias, bijuterias, carteiras e flores. Quase um mês depois do Dia das Mães, o Dia dos Namorados (12 de junho) será mais uma oportunidade para o setor alavancar suas vendas.

A pesquisa também mostrou que os lojistas estimam o preço médio dos presentes por pessoa na faixa entre R\$ 150 e R\$ 200 – pouco acima do ano passado por

causa da inflação. Além disso, os comerciantes preveem que o cartão de débito e o Pix serão os meios de pagamento mais utilizados (63%), seguido pelo cartão de crédito (27%), seguidos de dinheiro e crediário.

As expectativas de vendas são de crescimento em todas as regiões da cidade: 2% a mais nas lojas das Zonas Sudoeste e Sul e 2,5% no Centro, Norte e Oeste.

Para Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e SindilojasRio, a ocasião recomenda atenção porque a data inspira romance e enlace entre as pessoas. “Assim, no ato da compra, está subentendido o desejo do cliente em surpreender seu par. Com base nisso, o comerciante pode construir estratégias para tornar a experiência da compra algo específico e válido; buscar fidelizar e criar cadastros e dados para experiências futuras”, diz Aldo.

Em alguns aspectos a conjuntura apresenta desafios para o comércio na medida em que além do peso dos impostos e do aluguel, as famílias estão endividadas. Por um lado, se isso requer preocupação, por outro é um ponto de atenção para que o setor desenvolva estratégias criativas

para atender interesses de consumo.

“Melhorar o atendimento, oferecer kits e combos de produtos; caprichar no ambiente físico da loja para que a experiência do cliente seja marcante; facilitar pagamentos com descontos; e utilizar as redes sociais para estender o alcance da visibilidade do negócio, são detalhes importantes”, conclui o presidente do CDL-Rio e SindilojasRio.

Já segundo levantamento da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do SPC Brasil, em parceria com a Offerwise Pesquisas, a data deve movimentar cerca de R\$ 22 bilhões no comércio e serviços do país, com aproximadamente 93 milhões de consumidores indo às compras. A estimativa é de tíquete médio de R\$ 238 por pessoa, com a preferência dos consumidores por itens de moda e acessórios.

Mais do que volume de vendas, os dados revelam um consumidor mais estratégico e conectado. De acordo com a pesquisa, 76% dos consumidores pretendem pesquisar preços antes da compra, principalmente pela internet, mesmo quando a compra final acontece

em lojas físicas. O levantamento também aponta que 57% dos consumidores ainda preferem comprar presencialmente, enquanto 36% optam pelas compras online. Entre os meios de pagamento, o Pix deve liderar a preferência dos brasileiros, sendo utilizado por 40% dos consumidores.

Além disso, dados da Neotrust Confi em parceria com o E-Commerce Brasil mostram que o comércio eletrônico movimentou R\$ 8 bilhões durante o período do Dia dos Namorados em 2025, alta de 15,1% em relação ao ano anterior, reforçando a consolidação do digital na jornada de compra do consumidor brasileiro.

Entre os segmentos beneficiados pela data está o de moda masculina, tradicionalmente procurado por consumidores em busca de presentes mais assertivos e funcionais. Projeção da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) aponta crescimento de 4,8% nas vendas para o Dia dos Namorados em 2026, com destaque para os segmentos de vestuário e acessórios, que podem registrar alta de até 9% no Estado de São Paulo.

## Mercado editorial brasileiro manteve alta no início do ano

Quarto período de 2026 do Painel do Varejo de Livros no Brasil – pesquisa conduzida pela Nielsen Book e divulgada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) – mantém os bons resultados apresentados em volume e faturamento dos períodos anteriores, com uma pequena queda no ISBN.

O mercado registrou crescimento de 6,2% em

volume, totalizando cerca de 4,2 milhões de livros vendidos, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Em faturamento, o avanço foi de 9,1%, alcançando aproximadamente R\$ 221,4 milhões. O resultado reflete um aumento no preço médio de 2,7%, chegando a R\$ 52,70.

“Os resultados continuam mostrando que o ano de 2026 tem tudo para ser positivo”, arrisca o presidente do

Snel, Dante Cid. “Mesmo a ligeira queda de ISBN nesse período não deveria ser sinal de preocupação, considerando que no acumulado do ano esse dado ainda é positivo. Por fim, a previsão de vendas ligadas à Copa do Mundo também deve continuar impulsionando os números para cima.”

No acumulado do ano até o quarto período, as vendas somaram cerca de 20,6 milhões de exemplares,

representando crescimento de 14% em volume frente ao mesmo período de 2025. O faturamento acumulado alcançou aproximadamente R\$ 1,11 bilhão, com alta de 13,4%. Esse desempenho reforça que a expansão do mercado continua sendo sustentada principalmente pelo aumento no volume comercializado, já que o preço médio apresentou leve retração de 0,6% no acumulado.



## Mercado de lazer e wellness no Brasil

Os segmentos de piscinas, spas, áreas externas, lazer e bem-estar estão se preparando para apresentar as principais novidades, lançamentos e inovações do mercado durante a Expolazer & Outdoor Living – 25ª Feira Internacional de Piscinas, Spas, Lazer e Wellness, que acontece entre os dias 11 e 14 de agosto, no Distrito Anhembi, em São Paulo.

Reconhecida como a principal feira da América Latina dedicada ao setor, a Expolazer será realizada em um cenário no qual qualidade de vida, conforto e experiências diferenciadas ganham cada vez mais relevância. O Brasil é o segundo país do mundo em número de piscinas instaladas, com mais de 3,5 milhões de unidades, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Os dados são da Associação Nacional das Empresas e Profissionais de Piscinas (ANAPP).

“O mercado de lazer e wellness está aquecido, com resorts, hotéis, parques aquáticos, motéis, clubes e condomínios, por exemplo, realizando investimentos para atender às demandas da sociedade. Nesse sentido, a Expolazer tem um papel estratégico ao apresentar as mais modernas soluções para que as pessoas e suas famílias possam descansar ou aproveitar ao máximo as experiências de diversão oferecidas por esses ambientes”, afirma Renato Cordeiro, head de Portfólio de Eventos B2B nos segmentos Indústria e Construção da Francal, promotora da Expolazer 2026, que conta com a Anapp como entidade realizadora.

O evento desempenha um papel fundamental ao conectar arquitetos, designers, paisagistas, engenheiros projetistas de estruturas, decoradores, construtoras, incorporadoras, gestores de espaços de lazer, hotéis, resorts, spas, parques aquáticos, clubes e condomínios, além de lojistas, empresas e profissionais técnicos da área de manutenção, às

principais soluções, produtos, equipamentos e tendências do universo de lazer e wellness.

Entre os expositores estarão fabricantes, distribuidores e fornecedores de acessórios e equipamentos para piscinas, empresas de wellness, prestadores de serviços de manutenção e segurança para piscinas e áreas de lazer, empresas de tecnologia sustentável, como aquecimento solar e reutilização de água, fornecedores de soluções de automação, iluminação e materiais ecológicos, além de empresas de mobiliário outdoor, recreação e jogos, revestimentos, pisos, paisagismo e design biofílico.

Além de ser um palco de inovação e apresentação de novos produtos, o evento também se posiciona como um hub de conteúdo e oportunidades, ao abordar temas centrais para o futuro do segmento, como sustentabilidade, eficiência energética, automação, design integrado e soluções alinhadas ao novo perfil de consumidor — cada vez mais interessado em ambientes que promovam bem-estar, convivência e experiências diferenciadas.

“O conteúdo está sendo desenhado para refletir a realidade do mercado e as tendências para os próximos anos. O setor vem crescendo fortemente no país e, por isso, precisamos discutir quais serão os próximos passos das áreas de lazer, outdoor living e wellness, além dos desafios, melhores práticas e oportunidades do segmento”, explica Cordeiro.

Ao reunir os principais players e especialistas do setor, a Expolazer fortalece conexões comerciais e amplia oportunidades de expansão para empresas nacionais e internacionais. Na última edição, o evento contou com 120 expositores, representantes de 15 países, mais de 9,6 mil visitantes e dezenas de horas de conteúdo especializado, consolidando sua relevância no cenário latino-americano.

## Crédito na nova etapa do Brasil Soberano

### BNDES soma R\$ 5 bi em pedidos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contabiliza R\$ 5 bilhões em pedidos de crédito no âmbito da nova etapa do Plano Brasil Soberano. Desde a abertura do protocolo, há dez dias, o BNDES já aprovou R\$ 1,3 bilhão em crédito. Foram realizadas 77 operações, sendo 44 com empresas de grande porte e 33 com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

“As solicitações de crédito protocoladas alcançaram todas as quatro linhas disponíveis: Giro (R\$ 1,6 bilhão), Giro Exportação (R\$ 800 milhões), Bens de Capital (R\$ 116 milhões) e Investimentos (R\$ 2,5 bilhões)”, informa o banco de fomento. O Governo Federal retomou o Plano Brasil Soberano, mas com mais R\$ 15 bilhões de orçamento.

Nesta segunda etapa, são previstos como clien-

tes, além dos exportadores e seus fornecedores que ainda estão impactados pela aplicação de percentuais majorados de tarifas comerciais setoriais pelos Estados Unidos (o chamado “tarifaço”), aqueles cujas exportações estão sendo afetadas pela instabilidade no Golfo Pérsico e empresas de setores industriais relevantes para o comércio exterior brasileiro.

Os recursos aprovados foram solicitados por empresas que integram os três grupos que têm direito ao crédito. As empresas exportadoras e fornecedores para países em conflito foram responsáveis pelo maior volume aprovado: R\$ 823 milhões em 21 operações. Para as empresas que sofrem impacto com as tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, o BNDES aprovou R\$ 311 milhões em 12 operações. Já para aquelas que integram setores relevantes para a indústria, o volume de aprovações foi

de R\$ 119,3 milhões em 44 operações.

### Direito ao crédito

Três grupos de empresas têm direito ao crédito, conforme a Portaria Interministerial publicada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e pelo Ministério da Fazenda (MF). No primeiro grupo, as empresas exportadoras de bem industriais e seus fornecedores afetados pelas medidas tarifárias impostas dos Estados Unidos, cujo faturamento bruto com exportações representou 5% ou mais do valor apurado no período de doze meses entre 1º de julho de 2024 a 30 de julho junho de 2025. Neste grupo estão empresas dos setores do aço, cobre, alumínio, automotivo e de moveleiro.

No segundo grupo, estão incluídas empresas atuantes em setores industriais de média-baixa, média-alta ou

alta intensidade tecnológica com relevância na balança comercial brasileira, assim como aqueles setores identificados para adaptação ou modernização produtiva em função de acordos comerciais, ou identificados como estratégicos para a transição para uma economia de baixo carbono. Integram esse grupo empresas do ramo têxtil, químico, farmacêutico, automotivo, máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos, eletrônicos e de informática, borracha e plástico, equipamentos de transporte, além minerais críticos.

No terceiro grupo, empresas exportadoras de bens industriais, e seus fornecedores, para países do Oriente Médio, como Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Omã, cujo faturamento bruto com exportações represente 5% ou mais do valor apurado no período de doze meses.

## Etanol de milho avança no país

Celebrado em 24 de maio, o Dia do Milho marca a importância de uma das principais commodities agrícolas do Brasil, que vem ampliando seu protagonismo também no setor energético. Nos últimos anos, o avanço do etanol de milho transformou a dinâmica do mercado brasileiro de biocombustíveis, impulsionado pela expansão da produção no Centro-Oeste.

Segundo Martinho Seiti Ono, CEO da SCA Brasil, o etanol de milho vive um momento de forte expansão no país, sustentado por vantagens econômicas e estruturais. “O custo de produção do etanol de milho é entre 20% e 30% menor que o do etanol de cana, o que estimulou o surgimento

de muitas novas usinas no Centro-Oeste”, afirma.

Entre os fatores que impulsionam esse crescimento estão a grande disponibilidade de milho na região, o mercado consolidado de DDG (Grãos Secos de Destilaria) para alimentação animal, o acesso à biomassa de baixo custo e os incentivos tributários concedidos por estados para atração de investimentos industriais.

Atualmente, o etanol de milho já representa quase 30% de todo o etanol produzido no Brasil, contribuindo diretamente para reduzir a sazonalidade da oferta no mercado nacional. “As usinas de etanol de milho operam durante os 12 meses do ano. Isso reduz a sazonalidade de oferta e de preços que existia no


passado”, explica Ono.

De acordo com o CEO da SCA Brasil, a complementaridade entre os dois modelos produtivos – cana e milho – foi fundamental para garantir o abastecimento nacional nos últimos anos. Até 2025, muitas usinas sucroenergéticas priorizaram a produção de açúcar, diante dos preços mais atrativos no mercado internacional, abrindo espaço para a expansão do etanol de milho. “Neste ano, teremos um cenário de maior competitividade entre os produtores de etanol de cana e milho”, avalia.

No cenário internacional, o Brasil já é reconhecido como referência global em biocombustíveis e começa também a consolidar sua imagem como potência em


etanol de milho. Na análise de Ono, os produtores brasileiros vêm realizando um trabalho importante de divulgação e o mercado internacional já reconhece o etanol de milho brasileiro como um combustível sustentável, com baixa pegada de carbono.

Apesar do crescimento acelerado, o setor ainda enfrenta desafios relevantes, como a ampliação do consumo de etanol hidratado em regiões sem tradição no uso do combustível, como Norte, Nordeste e Sul do país. “O setor ainda precisa ampliar o mercado externo para DDG e investir fortemente na produção de biomassa, especialmente com plantações de eucalipto em larga escala”, conclui o presidente da SCA Brasil.




**MÚSICA  
noMuseu**

**CONCERTOS de OUTONO  
MAIO 2026**







**Norma Cali**

Consultoria Produção



Apoio

Assine o jornal

# Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



## ECONIT AMBIENTAL S.A.

CNPJ 13.091.720/0001-51

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Econit Ambiental S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Niterói, 21 de maio de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	4	2.776	2.070
Estoque .....	-	574	508
Impostos a recuperar .....	5	5.559	4.614
Outros ativos .....	-	122	109
<b>Total do ativo circulante .....</b>		<b>9.031</b>	<b>7.301</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber .....	6	7.583	8.166
Partes relacionadas .....	7	4.139	3.792
Depósitos judiciais .....	12.b	226	210
Imobilizado .....	8	90	68
<b>Total do ativo não circulante .....</b>		<b>12.038</b>	<b>12.236</b>
<b>Total do ativo .....</b>		<b>21.069</b>	<b>19.537</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)						
Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> .....	<b>8.162</b>		(1)	369	-	<b>369</b>
Prejuízo do exercício .....	-	-	-	(369)	-	(369)
Compensação do prejuízo acumulado .....	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>8.162</b>		<b>(1)</b>			<b>(91.186)</b>
Lucro do exercício .....	-	-	-	-	5.636	5.636
Constituição da reserva legal .....	-	-	234	-	(234)	-
Transferência para reserva de lucros .....	-	-	-	4.453	4.453	-
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 28/11/2025...	-	-	-	(649)	(649)	(649)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 16/12/2025...	-	-	-	(3.804)	(3.804)	(3.804)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> .....	<b>8.162</b>		<b>(1)</b>	<b>234</b>		<b>(90.237)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** **1.1. Objeto social:** A Econit Ambiental S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Niterói-RJ, que iniciou as suas operações em agosto de 2011 e tem como objetivo específico, a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Niterói, pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de assinatura do contrato em 1º de agosto de 2011. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 2.316 (R\$3.631 em 2024). A Vital Engenharia Ambiental (controladora da Companhia) não possui intenção de paralisar suas atividades, e por isso, se compromete na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário, por meios de aportes que garantam o fluxo de caixa da Companhia.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:**

**2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:**

**a) Declaração de conformidade e mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e políticas contábeis materiais. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das informações contábeis intermediárias são apresentadas no item (d). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Em 21 de maio de 2026, a diretoria aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. **c) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

**3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas:** As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa. As aplicações financeiras são, majoritariamente, Certificado de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados, em média, a 100% do CDI, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legal de compensação e a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado são avaliados quanto à redução ao valor recuperável ao final de cada período de reporte. As perdas são reconhecidas quando houver evidência objetiva de que a Companhia não recuperará integralmente os fluxos de caixa contratados. **ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações com instrumentos financeiros com finalidade especulativa. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber correspondem a valores a receber por serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia e são registradas inicialmente pelo valor justo, sendo mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, deduzidas, quando aplicável, de provisão para perdas estimadas de crédito. Os recebíveis são classificados como circulantes ou não circulantes de acordo com seus prazos de vencimento. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos saldos a receber, considerando o histórico de recebimentos, a natureza da contraparte e demais informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração entende que tais valores são recuperáveis e, portanto, não foi constituída provisão para perdas no exercício. Os saldos a receber do Poder Concedente são classificados como ativos financeiros quando existe direito contratual de recebimento de caixa, incluindo créditos decorrentes da execução do contrato de concessão e valores formalizados por meio de acordos de pagamento, mensurados ao custo amortizado e atualizados conforme os termos contratuais. **3.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, em conformidade com o CPC 16 – Estoques. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição e ao uso nas atividades operacionais, tais como transporte e armazenagem. Os materiais mantidos em almoxarifado e destinados ao uso direto nas atividades operacionais da Companhia são classificados como estoques e reconhecidos no resultado à medida de seu consumo. Materiais de natureza administrativa ou de apoio são reconhecidos como despesa quando consumidos. **3.5. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são reconhecidos quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados ao ativo fluirão para a Companhia e quando o custo puder ser mensurado de forma confiável. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção e à preparação do ativo para o uso pretendido pela Administração. Softwares adquiridos que sejam essenciais ao funcionamento de equipamentos são capitalizados como parte integrante do respectivo bem. Ganhos ou perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado correspondem à diferença entre o valor recebido e o valor contábil, sendo reconhecidos no resultado do exercício. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros adicionais; os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos ativos. A depreciação é iniciada no mês subsequente ao da disponibilização do ativo para uso. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos ativos do imobilizado, reconhecendo eventual perda no resultado quando o valor contábil exceder o valor recuperável. **3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de

avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.7. Contrato de concessão – Seção 34 do CPC PME (R1) – Concessão de serviços:** A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a seção 34 do CPC PME (R1) – Concessão de serviços. Concessão de serviços é um contrato onde o governo ou outro órgão do setor público (concedente) contrata uma entidade operadora privada para desenvolver (ou aperfeiçoar), operar ou manter ativos de infraestrutura da concedente, tais como rodovias, pontes, túneis, aeroportos, redes de distribuição de energia, hidroelétricas, penitenciárias ou hospitais. Nesses acordos, a concedente controla ou regula os serviços os quais a entidade operadora necessita fornecer por meio da utilização dos ativos, para quem, e por qual preço, e controla alguma participação residual significante dos ativos ao final do período do acordo de concessão. Existem duas categorias principais de acordos de concessão de serviços: **a)** Na primeira, a entidade operadora recebe um ativo financeiro – um direito contratual incondicional de receber um valor em dinheiro ou outro ativo financeiro especificado ou determinável do governo, em troca da construção ou aperfeiçoamento do ativo do setor público, e posterior operação e manutenção do ativo por um período especificado. Essa categoria inclui garantias do governo de pagar por quaisquer insuficiências entre os valores recebidos dos usuários do serviço público e os valores especificados ou determináveis. **b)** Na outra, a entidade operadora recebe um ativo intangível – um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico. Um direito de cobrar os usuários não é um direito incondicional de receber dinheiro porque os valores estão condicionados à extensão na qual a população utilizar o serviço. Algumas vezes, um único contrato pode conter os dois tipos: na extensão em que o governo concede uma garantia incondicional de pagamento pela construção do ativo do setor público, a entidade operadora possui um ativo financeiro; na extensão em que a entidade operadora conta com a população utilizando o serviço para obter o pagamento, a entidade operadora possui um ativo intangível. A entidade operadora deve reconhecer um ativo financeiro na extensão em que tiver um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro da concedente ou receber em nome da concedente pelos serviços de construção. A entidade deve mensurar o ativo financeiro pelo valor justo. **3.8. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal das operações, classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme o vencimento. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. Quando relevantes, as compras a prazo são ajustadas a valor presente, sendo o ajuste apropriado como despesa financeira ao longo do prazo de pagamento. **3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas com base no resultado do exercício, considerando a legislação tributária vigente. Os tributos sobre o lucro são apurados de acordo com o regime do lucro real, independentemente do momento do recebimento das receitas. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos ativos fiscais e a necessidade de constituição de passivos tributários, com base em estimativas e julgamentos relacionados à geração de resultados tributáveis futuros. Na data-base, não há contingências tributárias relevantes que demandem constituição de provisões adicionais, além daquelas já reconhecidas nas demonstrações financeiras. **3.11. Reconhecimento de receita:** A receita do contrato corresponde à contraprestação a que a Companhia tem direito pela prestação dos serviços no âmbito do contrato de concessão, sendo reconhecida no resultado à medida em que os serviços são efetivamente prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Receitas associadas a ativos financeiros são reconhecidas apenas na forma de encargos financeiros, compreendendo juros e atualização monetária sobre os valores a receber do Poder Concedente, sendo apropriadas ao resultado conforme o regime de competência. Os recebimentos relativos à recuperação do principal desses ativos não são reconhecidos como receita. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e encargos incidentes sobre ativos financeiros da Companhia, incluindo juros e atualização monetária sobre valores a receber do Poder Concedente. As receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa efetiva de juros, conforme aplicável. As despesas financeiras incluem, principalmente, despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente de provisões e contraprestação contingente, bem como variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (exceto recebíveis). Os custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. **3.13. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos que envolvem maior grau de subjetividade referem-se, principalmente, à constituição de provisões e à avaliação de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, cuja mensuração considera as melhores informações disponíveis, o histórico das operações e a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja liquidação seja provável e cujo valor possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como perdas remotas não são reconhecidos nem divulgados. Ativos contingentes não são reconhecidos e são divulgados apenas quando a realização for considerada provável. As estimativas são revisadas periodicamente e os efeitos de eventual revisão são reconhecidos prospectivamente, quando aplicável. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas adotadas pela Administração. Com base nas avaliações realizadas, não foram identificadas contingências com probabilidade de perda classificada como provável ou possível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.14. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas:** Até a presente data, não foram emitidas novas revisões da NBC TG 1000 que alterem substancialmente os critérios contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**4. Caixa e equivalente de caixa**

Bancos conta movimento .....

Aplicações de liquidez imediata (i) .....

**Caixa e equivalentes de caixa líquido .....**

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor com remuneração média de 100% do CDI em 2025 e 2024.

**5. Impostos a recuperar**

IRRF a recuperar .....

IRPJ do ano vigente a recuperar .....

IRPJ de anos anteriores a recuperar (i) .....

CSLL do ano vigente a recuperar .....

CSLL de anos anteriores a recuperar (i) .....

CSLL retida na fonte a recuperar .....

INSS retido na fonte a recuperar .....

**Total .....**

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida .....	14	109.513	99.503
Custos operacionais .....	15	(99.978)	(97.724)
<b>Lucro bruto .....</b>		<b>9.535</b>	<b>1.779</b>
Despesas administrativas .....	16	(1.602)	(1.499)
Outros resultados operacionais .....	17	428	(1.165)
<b>Lucro (prejuízo) operacional .....</b>		<b>8.361</b>	<b>(885)</b>
Receitas financeiras .....	-	2.017	1.591
Despesas financeiras .....	-	(1.934)	(1.821)
<b>Resultado financeiro .....</b>	<b>18</b>	<b>83</b>	<b>(230)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social .....</b>	<b>19</b>	<b>8.444</b>	<b>(1.115)</b>
Imposto de renda .....	19	(2.045)	(1.142)
Contribuição social .....	19	(763)	(61)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....</b>		<b>5.636</b>	<b>(1.318)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....</b>	<b>5.636</b>	<b>(1.318)</b>
Outros resultados abrangentes .....	-	-
<b>Resultado abrangente total .....</b>	<b>5.636</b>	<b>(1.318)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....</b>		<b>5.636</b>	<b>(1.318)</b>
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa</b>			
Depreciação .....	8.b	20	23
Baixa de imobilizado .....	8.b	-	2
Provisão (reversão) para demandas judiciais .....	12.a	(66)	1.282
Valor de imposto de renda e contribuição social corrente .....	-	2.808	203
<b>Lucro líquido ajustado .....</b>		<b>8.398</b>	<b>192</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>			
Contas a receber .....	6	583	522
Impostos a recuperar .....	5	(945)	(2.338)
Estoque .....	-	(66)	(40)
Depósitos judiciais .....	12.b	(16)	(91)
Outros ativos .....	-	(13)	(8)
Fornecedores .....	9	(1.258)	1.506
Obrigações tributárias .....	10   11	(2.712)	(198)
Obrigações trabalhistas .....	11	463	652
Outros passivos .....	-	118	3
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais .....</b>		<b>4.552</b>	<b>200</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativo imobilizado .....	8.b	(42)	(35)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento .....</b>		<b>(42)</b>	<b>(35)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos .....	13.c	(3.804)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento .....</b>		<b>(3.804)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>706</b>	<b>165</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício .....	4	2.070	1.905
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício .....	4	2.776	2.070
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa .....</b>		<b>706</b>	<b>165</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(i) A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2025, seja realizado no decorrer do exercício de 2026, os quais foram declarados em ECF e o pedido de restituição enviado a Receita Federal do Brasil.

**6. Contas a receber:** **a) Composição**

Ativo não circulante	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber de contrato de concessão (i) .....	7.583	8.166
<b>Total .....</b>	<b>7.583</b>	<b>8.166</b>

(i) Os valores referem-se a direitos contratuais de recebimento junto ao Poder Concedente, classificados no ativo não circulante, relacionados à implantação de infraestrutura no âmbito do contrato de concessão. A liquidação ocorre conforme cronograma estabelecido contratualmente, com atualização monetária e encargos financeiros.

**b) Movimentação**

Saldo final em 31 de dezembro de 2023 .....	8.688
Atualização monetária contratual .....	1.137
(-) Recebimentos .....	(1.659)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024 .....</b>	<b>8.166</b>
Atualização monetária contratual .....	1.146
(-) Recebimentos .....	(1.729)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025 .....</b>	<b>7.583</b>

**7. Partes relacionadas:** Os saldos de contas a receber referem-se integralmente a operações com partes relacionadas, conforme detalhado a seguir:

Ativo não circulante	% de participação	31/12/2025	31/12/2024
<b>Empréstimos a receber</b>			
Vital Engenharia Ambiental S/A .....	51,50%	2.132	1.953
SCELEL Sociedade Comercial Ltda. ....	37,00%	1.531	1.403
Limpatech Serv. e Constr. Ltda. ....	11,50%	476	436
<b>Total no ativo .....</b>		<b>4.139</b>	<b>3.792</b>

**Passivo circulante**

Dividendos a pagar	% de participação	31/12/2025	31/12/2024
Vital Engenharia Ambiental S/A .....	51,50%	513	-
SCELEL Sociedade Comercial Ltda. ....	37,00%	368	-
Limpatech Serv. e Constr. Ltda. ....	11,50%	115	-
<b>Total no ativo .....</b>		<b>996</b>	<b>-</b>

As operações com partes relacionadas decorrem, substancialmente, de contratos de locação de veículos, máquinas e equipamentos, e da distribuição de dividendos, celebrados entre as partes. Os empréstimos a receber não possuem garantias e não estão sujeitos a encargos financeiros relevantes. A Administração entende que não há indicativos de perda no recebimento desses valores, não sendo necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, considerando o histórico de liquidação e a capacidade financeira das contrapartes.

**8. Imobilizado:** **a) Composição**

Taxa anual de depreciação	Custo	31/12/2025	31/12/2024
		Depreciação acumulada	Valor residual
		Valor residual	Valor residual

Equipamentos de campo .....	5	128	(110)	18	25
Outras imobilizações .....	Divs.	134	(62)	72	43
<b>Total .....</b>		<b>262</b>	<b>(172)</b>	<b>90</b>	<b>68</b>

**b) Movimentação do imobilizado**

## ECONIT AMBIENTAL S.A.

CNPJ 13.091.720/0001-51

(i) A Companhia está envolvida em processos trabalhistas de perda provável, relativos a ex-empregados próprios ou de prestadores de serviços, principalmente relacionados a horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, incluindo reflexos e encargos.

Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldo final em 31 de dezembro de 2023.....	111	
Adição.....	1.282	
Saldo final em 31 de dezembro de 2024.....	1.393	
Reversão.....	(66)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2025.....	1.327	

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos trabalhistas classificados por seus assessores jurídicos como de perda possível, no montante de R\$ 162. Para essas contingências, não há constituição de provisão.

**b) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas em que figura como parte interessada. Os depósitos judiciais são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista.....	226	210
Total.....	226	210

Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldo final em 31 de dezembro de 2023.....	119	
Adição.....	91	
Saldo final em 31 de dezembro de 2024.....	210	
Adição.....	16	
Saldo final em 31 de dezembro de 2025.....	226	

**13. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de 8.162, representado por 8.161.560 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 8.160.848 ações integralizadas e 712 ações a integralizar. **b) Reserva legal:** De acordo com o Estatuto Social, após a constituição da reserva legal, a Companhia procede à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre a retenção do lucro remanescente. As movimentações do patrimônio líquido no exercício refletem essa ordem de destinação. **c) Dividendos:** Os dividendos reconhecidos no período correspondem ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social, calculado com base no lucro líquido ajustado do exercício. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício.....	5.636	(1.318)
Compensação de prejuízos acumulados.....	(949)	-
(-) Reserva legal (5%).....	(234)	-
<b>Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.....</b>	<b>4.453</b>	<b>-</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	1.113	-
Dividendos adicionais propostos.....	3.340	-
<b>Total de dividendos propostos.....</b>	<b>4.453</b>	<b>-</b>
<b>Total de dividendos pagos.....</b>	<b>3.804</b>	<b>-</b>
<b>Total de dividendos a pagar.....</b>	<b>996</b>	<b>-</b>

**d) Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê que após a constituição da reserva legal e da distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços.....	123.652	112.337
<b>Total de receita bruta.....</b>	<b>123.652</b>	<b>112.337</b>
(-) ISS.....	(2.508)	(2.280)
(-) PIS.....	(2.075)	(1.882)
(-) COFINS.....	(9.556)	(8.672)
<b>Total de Impostos sobre faturamento.....</b>	<b>(14.139)</b>	<b>(12.834)</b>
<b>Receita operacional líquida.....</b>	<b>109.513</b>	<b>99.503</b>

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos.....	(13.810)	(13.733)
Pessoal.....	(46.670)	(43.788)
Locação.....	(23.822)	(22.986)
Serviços de terceiros.....	(14.064)	(13.137)
Impostos e taxas.....	(95)	(98)
Depreciação.....	(7)	(8)
Outros.....	(1.330)	(3.974)
<b>Total.....</b>	<b>(99.978)</b>	<b>(97.724)</b>

Os custos dos serviços prestados concentram gastos diretamente vinculados à execução dos contratos, como pessoal, terceiros e insumos. A menor participação das despesas administrativas decorre da estrutura administrativa enxuta da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
Consumo.....	(1.116)	(982)
Comerciais.....	(44)	(56)
Indedutíveis.....	(102)	(128)
Seguros.....	(340)	(333)
<b>Total.....</b>	<b>(1.602)</b>	<b>(1.499)</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras receitas</b>		
Ganho na alienação de ativo imobilizado.....	-	14
Reversão para demandas judiciais.....	67	-
Outras.....	361	105
<b>Outras despesas</b>		
Provisão para demandas judiciais.....	-	(1.282)
Outras.....	-	(2)
<b>Total.....</b>	<b>428</b>	<b>(1.165)</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>18. Resultado financeiro líquido</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Sobre aplicações financeiras.....	378	262
Atualização monetária contratual.....	1.146	1.137
Juros.....	536	214
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras.....	(43)	(22)
<b>Total.....</b>	<b>2.017</b>	<b>1.591</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesas financeiras</b>		
Bancária.....	(26)	(29)
Descontos concedidos.....	(1.768)	(1.710)
Outras.....	(140)	(82)
<b>Total.....</b>	<b>(1.934)</b>	<b>(1.821)</b>
<b>Resultado financeiro.....</b>	<b>83</b>	<b>(230)</b>

As receitas financeiras incluem, substancialmente, juros e atualização monetária sobre créditos a receber do Poder Concedente, relacionados a acordo formal de reconhecimento de dívida, apropriados ao resultado conforme regime de competência e de acordo com os termos contratuais.

**19. Despesas de IRPJ e CSLL:** Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>8.444</b>	<b>1.115</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%).....</b>	<b>(2.871)</b>	<b>379</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>		
Adições.....	(35)	(1.043)
Exclusões.....	22	432
Outros.....	76	29

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>(2.808)</b>	<b>(203)</b>
Despesa de imposto de renda.....	(2.045)	(142)
Despesa de contribuição social.....	(763)	(61)
<b>Total.....</b>	<b>(2.808)</b>	<b>(203)</b>

**Aliquota efetiva de imposto de renda e contribuição social.....** **33,25%** **18,21%**

**20. Gestão de riscos financeiros: a) Considerações gerais:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude

da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **i) Riscos de liquidez:** A "política de aplicações financeiras" estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha. **ii) Riscos de mercado e juros:** A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado. **iii) Risco de crédito:** A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

**21. Seguros:** Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos. Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito a seguir:

Risco coberto	Vigência	Importâncias seguradas	Prêmios líquidos
Seguro empresarial - CLIN.....	De 04/07/2025 a 04/07/2026	6.872	16
<b>Total.....</b>		<b>6.872</b>	<b>16</b>

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

**22. Compliance:** Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de compliance destinada a assegurar a aderência às leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis às suas atividades. A Companhia adota práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo: • desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos; • realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização; • monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria; • identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance; • observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação; • manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle; • disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação. A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

DIRETORIA	
<b>CARLOS ALBERTO LIMA MOREIRA</b>	Diretor Administrativo
<b>FABIO DE ANDRADE PEREIRA</b>	Diretor Operacional
<b>PIERO ANTUNES BRITO</b>	Diretor Financeiro
CONTADOR	
<b>WALTER LUIS DA SILVA JUNIOR</b>	CRC-RJ 093.575/O-7

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS


Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Econit Ambiental S.A. - Niterói - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Econit Ambiental S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Econit Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsi-

ficação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026

 Grant Thornton

## Tesouro Direto: vendas de R\$ 8,55 bi, melhor abril da série histórica

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet bateram recorde para meses de abril, divulgou nesta terça-feira o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 8,55 bilhões em papéis. O valor é 42,2% menor que em março, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 14,79 bilhões e bateram recorde para todos os meses. Na comparação com abril do ano passado, porém, o volume é 20,6% maior.

Em março, venderam R\$ 7,07 bilhões em títulos

corrigidos pela Selic, juros básicos da economia, com os investidores trocando os papéis pelo mesmo tipo de títulos. Como o vencimento não se repetiu em abril, as vendas caíram em relação ao mês anterior.

Os títulos mais procurados pelos investidores em março foram os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 55,4%. Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), corresponderam a 24% do total, enquanto os prefixados,

com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 13,1%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 4,9% das vendas. Criado em agosto de 2023, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,9% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. A taxa, que estava em 10,5% ao ano até setembro de 2024, está em

14,5% ao ano. Com os juros altos, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 242,26 bilhões no fim de abril, alta de 3,34% em relação ao mês anterior (R\$ 234,42 bilhões) e alta de 41,99% em relação a abril do ano passado (R\$ 170,86 bilhões). Essa alta ocorreu por causa da correção pelos juros e porque as vendas superaram os resgates em R\$

5,16 bilhões no último mês.

Em relação ao número de investidores, 226.677 participantes passaram a fazer parte do programa no mês passado. O número total de investidores atingiu 35.324.665. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumula alta de 9,69%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 3.472.053, aumento de 16,36% em 12 meses.

Segundo a Agência Brasil, a utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número

de vendas de até R\$ 5 mil, que correspondeu a 78% do total de 938.747 operações de vendas ocorridas em abril. Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 55%. O valor médio por operação atingiu R\$ 12.083,06.

Os investidores estão preferindo papéis de curto prazo. As vendas de títulos de até cinco anos representaram 62,6% do total. As operações com prazo entre cinco e 10 anos correspondem a 19,1% do total. Os papéis de mais de 10 anos de prazo representaram 18,3% das vendas.

Assine o jornal

Monitor Mercantil



(21) 3849-6444